

Resumo

Reconstitui-se neste artigo a história do palácio de Fernando de Larre (1689/1761), Provedor dos Armazéns Reais, na calçada do Combro, em Lisboa, comprado em 1742, em hasta pública, a Manuel Pedro de Melo, descendente de uma família de mercadores flamengos aí residente desde 1684. Entre as obras que o novo proprietário empreendeu, por volta de 1744/45, destacam-se os tectos em estuque de relevo, realizados “*no ultimo primor da arte*”, de acordo com uma avaliação de 1783. A inovadora linguagem ornamental presente nos estuques do palácio – em que se conjugam elementos da Regência francesa e do “*barocchetto*” de ascendência italiana – parece apontar para a presença de estucadores suíços que trabalhavam em Lisboa na mesma época: Giovanni Grossi, Domenico Maria Plura, Carlo Sebastiano Staffieri e Giovanni Francesco Righetti. ●

Abstract

This paper reconstructs the story of the palace of Fernando de Larre (1689/1761), “Provedor dos Armazéns Reais”, in Lisbon (calçada do Combro), bought at auction, in 1742, to Manuel Pedro de Melo, from a family of Flemish merchants living there since 1684. Among the works carried out by the new owner, around 1744/45, stand out the stucco decorations on ceilings and walls, still mentioned with great esteem in 1783. The innovative ornamental language, combining elements of French Regency with Italian “*barocchetto*”, is probably due to the presence of the Swiss plasterers working in Lisbon at the same time: Giovanni Grossi, Domenico Maria Plura, Carlo Sebastiano Staffieri and Giovanni Francesco Righetti. ●

palavras-chave

PALÁCIO
ESTUQUES
ESTUCADORES
FERNANDO DE LARRE
JOÃO GROSSI

key-words

PALACE
STUCCOS
STUCCOISTS
FERNANDO DE LARRE
JOÃO GROSSI

Arbitragem Científica Peer Review

João Vieira Caldas

Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa

José Monterroso Teixeira

Universidade Autónoma de Lisboa

Data de Submissão

Date of Submission

Fev. 2013

Data de Aceitação

Date of Approval

Mai. 2014

O PALÁCIO DE FERNANDO DE LARRE NA CALÇADA DO COMBRO E OS SEUS ESTUQUES

ISABEL MENDONÇA

Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva
Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Bolsista de pós-doutoramento FCT

¹ O edifício situa-se no actual largo Dr. António Sousa Macedo, n.º 7 a 7-E.

² O projecto, financiado pela FCT (PTDC/EAT-HAT/112229/2009), está presentemente (2014) em curso no Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O palácio de que aqui falamos foi um dos “estudos de caso” analisados nas várias comunicações do encontro realizado a 9 de Maio de 2012 no Instituto de História da Arte da Universidade Nova: *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (sécs. XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos interiores* (PTDC/EAT-HAT/112229/2009). *Investigação e estudos de caso*.

³ O olisipógrafo José Sarmiento de Matos, no seu interessante artigo “Uma escolha acertada”, inserido no catálogo da exposição *Sede e Museu Gulbenkian. A Arquitectura dos Anos 60*, refere já o palácio da calçada do Combro como a “residência cidadina” de Fernando de Larre (Matos 2006, 49).

Logo no início da calçada do Combro, à esquerda de quem sobe em direcção ao Calhariz, antecedendo o convento dos Paulistas da Serra de Ossa, o edifício onde hoje está instalada a Junta de Freguesia de Santa Catarina, com a sua sóbria fachada adaptada ao desnível pronunciado da rua, preserva no seu interior um notável conjunto de estuques decorativos de meados do século XVIII¹. (Fig. 1)

Invariavelmente referido como “palácio Cabral”, o imóvel tem sido associado, sem qualquer fundamento documental, à família Figueiredo Cabral da Câmara, senhores de Belmonte, que teria sido responsável pela sua construção e aqui teria habitado durante o século XVIII (Rodrigues 1975, 67 e 1994, 191; Calado e Matias 1992).

A investigação realizada no âmbito do projecto “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos Interiores”, de que a signatária é a investigadora responsável², não só permitiu provar que o palácio nunca pertenceu a esta família, como ainda confirmou o nome do proprietário que esteve por trás das principais campanhas decorativas que ainda hoje podem ser testemunhadas no seu interior: Fernando de Larre (1685/1761), o Provedor dos Armazéns da Guiné, Índia e Mina³.

Ao mesmo tempo, a leitura heráldica dos cinco escudos pintados no interior do edifício, realizada por Miguel Metelo de Seixas⁴, permitiu identificar os últimos proprietários do palácio e esclarecer qual foi de facto a família Cabral cujo nome tem andado associado à sua designação actual: o Dr. Baltazar Freire Cortês Cabral



Fig. 1 – O palácio de Fernando de Larre na calçada do Combro, em Lisboa, actual sede da freguesia de Santa Catarina. Fotografia de Tiago Antunes

Metelo (1867-1924) e sua mulher, D. Maria Luísa de Almeida e Vasconcelos (1877-1963).

Os escudos outrora pintados no tecto da sala de jantar⁵ remetem-nos para a ascendência do casal: as armas do pai do Dr. Baltazar Cabral Metelo, Francisco Cabral Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles Manoel⁶, e da mãe, D. Maria Amália Freire Cortês de Albuquerque⁷; e ainda as armas da linhagem paterna de D. Maria Luísa de Almeida e Vasconcelos, os condes de Sobral⁸ e de Moçâmedes⁹. No tecto do átrio do piso nobre do palácio figuram ainda as armas do Dr. Baltazar Cabral Metelo. O conjunto heráldico terá assim sido realizado após a data do casamento do Dr. Baltazar Cabral Metelo com D. Maria Luísa de Almeida e Vasconcelos, em 1899, e provavelmente antes da morte do marido em 1924. A transmissão para a Câmara Municipal de Lisboa, a actual proprietária, só se verificou após a morte de D. Maria Luísa, em 1963¹⁰.

Não tem pois qualquer fundamento documental a ligação deste palácio aos Figueiredo Cabral da Câmara, constantemente repetida. Tudo terá partido de uma informação errada do olisipógrafo Norberto de Araújo nas suas “Peregrinações em Lisboa”. Embora não se detenha na apreciação do palácio, que considera “*sem história*”, menciona a então proprietária, já viúva do Dr. Baltazar Cabral, que refere

⁴ A quem agradecemos o valioso contributo. Cf. Seixas 2014.

⁵ Hoje guardados no Museu da Cidade em Lisboa.

⁶ Esquartelado de Henriques, Cabral, Metelo e Pacheco, com elmo encimado pelo timbre de Henriques.

⁷ Esquartelado de Albuquerque, Freire de Andrade, Osório e Fonseca, com elmo encimado pelo timbre de Albuquerque.

⁸ Pleno de Sobral, com coronel de conde.

⁹ Partido de Almeida e Vasconcelos, com coronel de conde.

¹⁰ Antes da instalação da Junta de Freguesia de Santa Catarina, em 1997, o palácio funcionou como anexo da Escola D. Maria I, que tinha a sua sede no fronteiro Palácio Mesquitela.

¹¹ DGLAB/TT, *Feitos Findos*, Juízo das Causas da Misericórdia de Lisboa, maço 23, doc. 8, fls. 83-88.

¹² DGLAB/TT, *Ibidem*, fls. 36v-41v.

¹³ DGLAB/TT, *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, maço 44, doc. 970.

¹⁴ DGLAB/TT, *Registo Geral de Mercês*, Ordens Militares, Livro 6, fl. 359, e Livro 7, fl. 428v; *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, maço 45, n.º 45.

¹⁵ DGLAB/TT, *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Nicolau, maço 1, doc. 15.

¹⁶ APL, *Rol dos Confessados da Freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai*, Códices 2433 a 2490.

erradamente como “D. Luíza Freire Cabral da Câmara que o herdou de sua mãe, a viscondessa de Moçâmedes” (Araújo 1992, 38).

Os proprietários das “casas nobres” da calçada do Combro

A 12 de Junho de 1742, Fernando de Larre arrematou em hasta pública as “casas nobres” da calçada do Combro, no âmbito de um longo e complexo processo judicial, iniciado em 1738 e só terminado em 1778, que a irmandade de Nossa Senhora da Doutrina, sediada na igreja de S. Roque, e outros credores intentaram contra Manuel Pedro de Melo, residente na sua quinta de S. Bartolomeu, em Alenquer. A compra foi realizada pela soma de quatro contos e trinta mil réis, integralmente entregue aos credores de Manuel Pedro de Melo: 960\$000 à irmandade de Nossa Senhora da Doutrina, 870\$000 aos padres do Carmo de Colares e 2.200\$000 a D. Brízida Doroteia Zuzarte de Lemos¹¹.

As rendas das casas de Manuel Pedro de Melo tinham sido penhoradas logo no início do processo, em 1738. Nos autos de posse então realizados pelo procurador da irmandade de Nossa Senhora da Doutrina são referidas duas “*propriedades de casas nobres (...) com estrebaria, cocheira e palheiro*”, uma arrendada ao conde de S. Vicente por 240\$000, a outra a André de Saldanha por 200\$000, além de prédios de rendimento situados na calçada do Combro e na vizinha rua Nova de Jesus¹².

Mas quem era Manuel Pedro de Melo? Através do seu processo de habilitação a familiar do Santo Ofício, de 16 de Setembro de 1692¹³, ficámos a saber que era bacharel em Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e “*habilitado no desembargo do Paço*”. O pai, também Manuel Pedro, era filho de João Pedro, mercador falecido no Brasil, e neto de Pedro João de Cramer, natural de Haarlem, na Holanda; a mãe, D. Margarida Maria Lobo, era filha de Francisco Lobo e de D. Branca de Melo.

Tanto Manuel Pedro, o pai de Manuel Pedro de Melo, como o tio, Nicolau Pedro, eram armadores e comerciavam com o Brasil. Nicolau Pedro foi feito cavaleiro da Ordem de Cristo em 1667, como reconhecimento pelos muitos serviços prestados à coroa portuguesa, embora se tenha provado que “*seu avô materno comprava e vendia alhos, e a avó foi forneira, e a avó paterna padeira, e o pai e o avô paterno tratavam com fazenda do Norte*”¹⁴. No ano seguinte foi provada a sua “*limpeza de sangue e geração*” e recebido como familiar do Santo Ofício¹⁵.

Ao longo de 47 anos (entre 1684 e 1729¹⁶) a família residiu nas duas “*propriedades de casas nobres*” cujas rendas foram penhoradas no processo atrás referido. Nicolau Pedro vivia numa das casas com a sua mulher, Antónia Zuzarte de Lemos, e as quatro filhas: Joana, Felícia, Úrsula e Brízida. Manuel Pedro de Melo morava

com a mãe, Margarida Lobo, já viúva, em casa de Francisco Pedro de Barros, um outro irmão de seu pai.

Manuel Pedro de Melo casou por duas vezes com parentes muito próximas: primeiro com Joana, sua prima direita, a filha mais velha de Nicolau Pedro¹⁷, depois com a sobrinha, Brízida Joaquina de Almada, filha de uma cunhada de Nicolau Pedro¹⁸. Em 1729 foi morar para Alenquer e arrendou as casas em que vivia na calçada do Combro. Entre 1730 e 1736 ao conde de Vila Flor, Luís Manuel de Sousa e Menezes, copeiro-mor da Casa Real¹⁹; de 1737 a 1742, ao conde de S. Vicente, Manuel Carlos de Távora²⁰.

Como referimos, Fernando de Larre adquiriu as casas nobres junto ao convento dos Paulistas no âmbito de um processo por dívidas instaurado contra Manuel Pedro de Melo. Tomou posse das mesmas a 12 de Junho de 1742, *“abrindo e fechando portas e janelas, pondo as mãos pelas paredes e fazendo todas as mais cerimônias precisas para o tal acto”*, como registou o escrivão, que certificou esta curiosa prática remanescente de um Direito arcaico²¹.

Fernando de Larre era natural da cidade do Porto, onde nasceu a 12 de Novembro de 1689, na freguesia de S. Nicolau²², filho de Pedro José de Larre, mercador, natural de Bayonne e residente no Porto, e de D. Eusébia Maria de Echegaray, baptizada na freguesia de S. Paulo, em Lisboa. Os avós paternos, João de Larre e Gracia Jabelot, eram naturais de Bayonne, onde sempre residiram; o avô materno, Fernando de Echegaray, nascido na mesma cidade francesa, fixara-se em Lisboa, onde casara com a portuguesa Teresa André.

Estas informações constam do processo de habilitação a familiar do Santo Ofício de Fernando de Larre, que viu comprovada a sua *“limpeza de sangue”* a 8 de Outubro de 1714. Tinha então 25 anos e residia na freguesia do Sacramento. Era já bacharel em Leis e Provedor dos Armazéns da Guiné, Índia e Mina²³, embora só tenha entrado na posse efectiva desse ofício a 12 de Fevereiro de 1717²⁴. A 15 de Junho do mesmo ano recebeu de D. João V o foro de fidalgo da Casa Real, mercê já atribuída a seu pai²⁵.

A 22 de Dezembro de 1718 casou com D. Filipa Leonor da Fonseca Azeredo, baptizada a 6 de Março de 1704 na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em Lisboa, filha de Manuel da Fonseca, mercador na rua Nova, e de D. Leonor Maria de Azeredo e Alarcão²⁶. Uma semana antes do consórcio, recebeu do futuro sogro o ofício de Provedor da Casa da Moeda, a que renunciou a 22 de Março de 1722, por incompatibilidade com o cargo de Provedor dos Armazéns²⁷. Em 1728 foi agraciado com o hábito de Cristo²⁸.

Do seu casamento com D. Filipa nasceram vários filhos e filhas: José Joaquim de Larre, o primogénito, que lhe sucederia no cargo de Provedor dos Armazéns, Agostinho Francisco, António Veríssimo, Fernando, Pedro José, Eusébia Veríssima, Ana Joaquina, Lourença Josefa, Leonor Margarida, Teresa Gertrudes, Antónia Joana e Catarina Violante, as três últimas freiras no convento de Chelas²⁹. Catarina, Pedro e Lourença foram baptizados no oratório do palácio da calçada do Combro pelo tio de Fernando, monsenhor Pedro Francisco de Larre: Catarina, a 5 de Fevereiro

¹⁷ Do casamento com Joana nasceu Inácio Pedro de Melo, que viria a ser fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo e tesoureiro do Fisco Real dos Ausentes em 1716, cargo este que pertencera a seu avô, Nicolau Pedro. Cf. DGLAB/TT, *Mercês de D. João V*, Livro 3, fl. 202v.

¹⁸ DGLAB/TT, *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, maço 44, doc. 970.

¹⁹ APL, *Ibidem*, Códices 2491 a 2497.

²⁰ APL, *Ibidem*, Códices 2498 e 2499.

²¹ DGLAB/TT, *Feitos Findos*, Juízo das Causas da Misericórdia de Lisboa, maço 23, doc. 8, fls. 83-88.

²² ADP, *Livros de Baptismos*, n.º 5, Freguesia de S. Nicolau, fl. 23v.

²³ DGLAB/TT, *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Fernando, maço 4, doc. 70.

²⁴ DGLAB/TT, *Registo Geral de Mercês*, D. João V, Livro 45, fls. 259v e 260. O pai de Fernando, Pedro José de Larre, recebeu a 5 de Março de 1709 o ofício de Provedor dos Armazéns Reais, com a condição de o transmitir a Fernando, o seu filho mais velho, logo que este atingisse a maioridade. Esta a recompensa pelos serviços prestados à coroa portuguesa por seu irmão, Pedro de Larre, que adiantara do seu bolso o pagamento do resgate de vários portugueses aprisionados durante a batalha de Almança, um dos confrontos da Guerra da Sucessão de Espanha. O cargo foi assegurado até 1717 por Fernando de Echegaray, tio materno de Fernando de Larre. Cf. DGLAB/TT, *Registo Geral de Mercês*, D. João V, Livro 3, fls. 83 e 83v; Livro 29, fl. 349.

²⁵ DGLAB/TT, *Ibidem*, Livro 9, fl. 146v.

²⁶ DGLAB/TT, *Registos Paraquiais de Lisboa*, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Livro C-3 (1718), fl. 191, e *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Fernando, maço 4, doc. 70.

²⁷ DGLAB/TT, *Registo Geral de Mercês*, D. João V, Livro 9, fl. 146v; Livro 50, fl. 306v e Livro 58, fl. 298v.

²⁸ DGLAB/TT, *Ibidem*, Livro 19, fl. 418.

²⁹ DGLAB/TT, *Feitos Findos*, Inventários, Letra F, maço 186, n.º 9. Testamento de D. Filipa Leonor da Fonseca Azeredo.

³⁰ DGLAB/TT, *Registos Paroquiais de Lisboa*, Freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai, Livro B-11, fls. 130v e 273v; Livro B-12, fls. 102v e 103.

³¹ APL, *Rol dos Confessados da Freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai*, Códice 2513. Entre 1757 e 1833 o palácio foi arrendado a diversos inquilinos, todos estrangeiros e homens de negócios: Ricardo Burel, entre 1757 e 1764, Pedro Granol, de 1765 a 1767 e Cornélio van Hogerwoert, entre 1768 e 1808. Em 1811 a Secretaria e Pagadoria dos Transportes ocupou o palácio; de 1812 a 1816 o mesmo foi sede do Comissariado inglês. Em 1817 habitavam o palácio os descendentes do último provedor dos Armazéns Reais, Fernando de Larre Garcez Lobo Palha e Almeida, neto de Fernando de Larre, e em 1833 estava de novo arrendado, desta feita ao visconde de Magé, Joaquim José de Sousa Lobato. A partir de 1762, as informações dos livros da Desobriga Pascal da freguesia de Santa Catarina foram cruzadas com os livros das Décimas da Cidade da mesma freguesia, guardados no Arquivo do Tribunal de Contas. Agradeço ao Dr. Alexandre Lousada e à Dra. Lina Oliveira o levantamento que realizaram nestes dois fundos documentais.

³² DGLAB/TT, *Registos Paroquiais de Lisboa*, Freguesia de S. Sebastião da Pedreira, Livro Segundo de Óbitos, fl. 175.

³³ AML, *Livro 3.º de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental*, ff. 71-80. Cf. Mendonça 2014b, 197.

de 1743, Pedro a 18 de Julho de 1746 e Lourença a 1 de Setembro de 1749. Esta última teve como padrinho o príncipe herdeiro, D. José, representado no acto pelo marquês de Marialva³⁰.

Com o terramoto de 1755, Fernando de Larre deixou as casas da cidade, mudando-se para o palácio da quinta que possuía nos arrabaldes, junto ao largo de S. Sebastião da Pedreira, à semelhança do que fizeram muitas outras famílias lisboetas mais abastadas. Na Quaresma de 1756 residiam apenas dois criados no palácio da calçada do Combro, que passou a ser alugado a partir do ano seguinte³¹.

Fernando de Larre não gozou o seu palácio do largo de S. Sebastião por muito tempo. Faleceu a 22 de Março de 1761 e foi sepultado no convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em Lisboa, numa das capelas do claustro³².

Fernando de Larre, “Architecto” de D. João V

Cirilo Volkmar Machado, nas suas conhecidas “Memórias” publicadas em 1823, referiu Fernando de Larre como arquitecto francês ao serviço de D. João V, informação que lhe teria sido transmitida pelo neto, o último Provedor dos Armazéns, Fernando de Larre Garcez Lobo Palha e Almeida:

“Mr. Larre. Ouvimos dizer a Fernando de Larre, o último Provedor dos Armazéns, que era neto deste Architecto, e que elle fizera o Portico da Fundição, e o seu Palacio a S. Sebastião da Pedreira” (Machado 1823, 180).

O “Portico da Fundição” existe ainda, integrado na fachada poente do edifício do Arsenal do Exército, o actual Museu de Artilharia, junto à estação de Santa Apolónia, e será tudo o que resta do edifício construído em 1726 no local das Terceiras das Portas da Cruz. Muito danificado pelo terramoto de 1755, o edifício do Arsenal foi reconstruído em 1760, sob a direcção do tenente-general de Artilharia, Fernando de Echegaray, tio materno de Fernando de Larre (Santos 1994, 614).

Em Março de 1722, Fernando de Larre era já proprietário da quinta e casas nobres em S. Sebastião da Pedreira, pedindo então às autoridades municipais autorização para alinhar o muro das casas “*pella parte da estrada de Palhavam*” que se encontrava arruinado e muito irregular. Pretendia ainda “*puxar a frontaria das casas à face da dita estrada (...) da parte de São Sebastião*” e construir galerias sobre as estradas de Palhavã e do Rego, para seu “*melhor ornato e nobreza*”. O Senado da Câmara de Lisboa exigia, em contrapartida, que as janelas de sacada ficassem com a altura de “*dezasseis palmos para cima*” e que as janelas de assento, “*ras-teiras do chão*”, não levassem “*grades de aranha*”, para não roubarem espaço à estrada³³.

Do palácio de S. Sebastião da Pedreira restam apenas as antigas cozinhas, que o capitalista José Maria Eugénio de Almeida integrou no novo palácio que aí fez construir entre 1859 e 1866, hoje ocupado por serviços do Exército (Cortez 1994, 961-962; Leal 2006, 106-125; Mendonça 2014c).

O palácio da calçada do Combro constitui por isso o testemunho mais significativo desta actividade de Fernando de Larre. Embora sem documentos que comprovem a sua intervenção nas obras que aí tiveram lugar após a compra do palácio, é bem provável, dados os antecedentes que atrás referimos, que tenha tido um papel activo na reformulação do edifício.

No testamento redigido a 11 de Janeiro de 1778, pouco antes de falecer no seu palácio de S. Sebastião, a viúva de Larre, D. Filipa Leonor da Fonseca Azeredo, referiu-se concretamente às casas nobres da calçada do Combro:

*(...) “declaro que possuo umas casas na calçada do Congro, por me pertencerem na meação, que se me fes no Inventário dos bens do dito meu Marido Fernando de Larre, as tomo na minha meia terça que se acha livre de vinculo, e as deixo a meus filhos e filhas (...) e por suas mortes lhes peço se lembrem de meu neto Fernando de Larre pelo muito amor que lhe tenho e seus herdeiros e sucessores do meu morgado, para que este sempre vá em aumento” (...)*³⁴.

No inventário realizado a 4 de Outubro de 1783, cinco anos após a morte de D. Filipa, os avaliadores do Senado, o mestre pedreiro Joaquim Pereira Caroço e o mestre carpinteiro João Lopes Botelho, deram uma particular atenção às “casas nobres” na calçada do Combro, então arrendadas a Cornélio Van Hoegerwoert, que avaliaram em dez contos e oitocentos mil réis, mais do dobro do montante da compra levada a cabo em 1742. Para lá da inflação, as obras entretanto aí realizadas por Fernando de Larre contribuíram, certamente, para os novos valores atribuídos ao edifício.

Do processo de inventário constam duas descrições do palácio, uma datada de 1778, feita logo a seguir à morte de D. Filipa³⁵, e a outra assinada pelos avaliadores do Senado em 1783³⁶. As duas descrições, complementares, mostram-nos um edifício com uma estrutura espacial e funcional bem definida, não muito diferente daquela que hoje ainda observamos.

No piso térreo são referidos a cocheira, em comunicação com a rua por duas portas largas rasgadas na fachada, a cavalaria, o palheiro, vários quartos interiores para alojamento de serviçais – “*quatro cazas de acomodaçoens de Criadoz, e outros despejoz*” – e um “*Armazem Suterraneo*”. No piso térreo são ainda mencionadas duas lojas “*que se arrendão, com porta para a referida rua*”, uma escada de serviço de acesso ao “*quarto de baixo*” e uma escada nobre de dois lanços em comunicação com o “*quarto nobre*”.

O “*quarto de baixo*”, do lado do poente, também referido como “*mezeninos*” situados “*abaixo dos madeiramentos*”, era composto de 14 divisões, com “*quatro casas à frente da rua, e no centro outras cazas mayores e menores*”.

³⁴ DGLAB/TT, *Feitos Findos*, Inventários, letra F, maço 186, n.º 9, Inventário por morte de D. Filipa Leonor da Fonseca Azeredo, fls. 8 e 8v.

³⁵ DGLAB/TT, *Ibidem*, fls. 35v-36v.

³⁶ DGLAB/TT, *Ibidem*, apêndice não numerado.

Fig. 2 – Planta do piso nobre do palácio de Fernando de Larre na calçada do Combro, em Lisboa. Levantamento de Tiago Antunes



O piso nobre ou “*quarto de galaria*”, como é mencionado na descrição de 1783, compreendia vinte divisões e várias acomodações, duas delas de “*águas-furtadas*”. Para a fachada principal, virada a sul, rasgada por onze janelas, abriam-se “*cazas bem ornadas com tetos de estuque no ultimo primor da arte com solhos e portas de madeiras do Brazil*”. Do lado oposto, a norte, existia uma “*caza honrada [ornada?] o seu plano de xadres*”.

A descrição de 1778, por seu lado, referia o “*quarto nobre*” com “*seis cazas azulejadas, e os tetos de Estuque de Relevadoz*”, a que se acrescentavam “*no centro (...) dezasseis cazas em que entra a do Oratorio, e huma Cozinha, na qual há boas acomodaçoens*”. (Fig. 2)

Do recheio do palácio foram apenas inventariadas as pinturas em tela, com destaque para os nove painéis que se encontravam “*fixos na parede do oratorio*” e para o painel de S. Jerónimo colocado sobre o altar, avaliados em 19\$200³⁷.

Fernando de Larre e os estuques decorativos dos seus palácios

Na decoração do seu palácio de S. Sebastião da Pedreira, Fernando de Larre terá utilizado os serviços de vários estucadores italianos referidos por Cirilo nas suas “*Memórias*”: *Salla, Bill, Francisco Gommassa e Plura*:

³⁷ DGLAB/TT, *Ibidem*, fl. 35 e apêndice não numerado.

“*No tempo do Architecto Larre estiverão aqui Salla, e Bill, que fizeram alguns estuques no seu palácio chamado vulgarmente do Provedor: fazião ornato, e figura.*”

Depois veio o Plura que estucou huma casa na torre da pólvora, e huma Ermida ao pé da Sé. Francisco Gommassa, mero ornatista também trabalhou em casa do Provedor, e fez a fachada da Ermida dos Soldados em Alcântara” (Machado 1823, 269).

Algumas linhas abaixo, ao referir João Grossi, o mestre estucador que chegou a dirigir a Aula de Desenho e Estuque entre 1764 e 1777, Cirilo informa-nos de que também ele colaborou nas obras de Fernando de Larre:

“Fez também huma casa no Palácio de Cintra, outra em casa do Provedor dos Armazéns, que o introduzio com o Marquez de Pombal. Este o occupou nas suas casas da rua Formosa, e das Janelas verdes” (Machado 1823, 270).

Comprovámos recentemente, no âmbito da investigação que estamos a realizar sobre estuques decorativos em Portugal, que Giovanni Maria Theodoro de Grossi (assim se chamava João Grossi, no seu registo de baptismo) nasceu em 1716 na povoação de Bioggio, próximo de Lugano, hoje no cantão suíço do Ticino, vindo a falecer em Lisboa em Janeiro de 1780 (Mendonça 2012). Em 1743 residia já nos arredores de Lisboa (cinco anos antes da data adiantada por Cirilo para a sua chegada), precisamente na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, como referiu o pároco da igreja do Loreto, que congregava a comunidade italiana residente em Lisboa, mudando-se em 1745 para a freguesia de S. Paulo, no centro da cidade (Mendonça 2005, 57-60).

É bem provável que Grossi em 1743 estivesse ocupado nas obras do Provedor em S. Sebastião da Pedreira e que tenha prosseguido a sua actividade de estucador nas campanhas decorativas do palácio da calçada do Combro, onde Fernando de Larre e a sua família passaram a residir a partir de 1742. Fundamental é a referência de Cirilo ao papel de Larre como intermediário entre Grossi e o futuro marquês de Pombal, cuja protecção explica o papel de destaque que veio a ter entre nós³⁸. Se os estuques decorativos do palácio de S. Sebastião da Pedreira se perderam para sempre, restam ainda os estuques do palácio de Larre na calçada do Combro. Um notável conjunto, relativamente bem preservado, que ilustra um período concreto das artes decorativas em Portugal, dominado pelo gosto da Regência francesa, em casos pontuais associado ao “barocchetto” de influência italiana.

A Regência francesa caracteriza-se pela presença de determinados elementos decorativos conjugados com grande leveza: fitas encadeadas, ornatos em forma de “C” e “S”, gradinhas preenchidas por pequenas flores, palmetas, mascarões femininos com toucado de plumas, baldaquinos com sanefas, etc. Este novo gosto, divulgado pelas gravuras realizadas a partir dos desenhos ornamentais de Jean Bérain (1637/1711), decorador de Luís XIV, terá chegado a Portugal ainda na década de 1730, presumivelmente através das vinhetas gravadas por François-Laurent Debrie e Pierre Rochefort para várias edições da Academia Real de História (Mandrourx-França 1974, 14).

³⁸ A protecção que Sebastião José de Carvalho e Melo concedeu a Grossi é reafirmada por Cirilo numa outra passagem das suas “Memórias”: “Ele foi excessivamente protegido pelo Marquez, que lhe dava, ou pedia que lhe dessem a fazer todas as grandes Obras que então se construíam, que erão muitas e pagas por altos preços” (Machado 1823, 271).

³⁹ O autor do programa iconográfico do tecto desta sala inspirou-se em duas edições de Ripa, a de Veneza, de 1645, e a de Londres, de 1709. A figuração do Sono e da Aurora constituem interpretações livres a partir das duas descrições da edição de Veneza. Cf. Mendonça 2014a, 178-180.

Ao gosto Regência associaram-se por vezes elementos decorativos oriundos do “barocchetto” de matriz italiana, que em certas zonas de Itália, nomeadamente em Génova e Veneza, antecederam as primeiras manifestações do rococó francês, ainda na transição do século XVII para o XVIII (Arslan 1962, IX-XVI; Gavazza 1962, pp. 49-70; Mariacher 1962, pp. 79-91): cartelas assimétricas compostas por gordos concheados orgânicos, de contornos contidos, a que se associam conchas e ainda elementos do “estilo auricular” de inícios de seiscentos (assim designado pelos ornatos de carácter naturalista que lembram as cartilagens da orelha).

Esta associação de elementos decorativos da Regência francesa e do “barocchetto” italiano pode ser testemunhada nos interiores do palácio de Fernando de Larre, nos tectos das salas intercomunicantes do piso nobre e da casa da escada e no tecto e nas paredes do oratório.

No salão nobre, a maior das divisões do palácio, deparamos com um tecto notável, de uma configuração rara que só encontrámos no salão nobre do vizinho palácio dos Carvalhos, na rua do Século – as “casas da Rua Formosa” em que Grossi trabalhou, referidas por Cirilo (Machado 1823, 270). As quatro faces laterais da masseira são arredondadas e compartimentadas em dois planos por várias molduras recortadas. Destacam-se as figuras de vulto e em alto-relevo de meninos gesticulantes, aos pares, segurando cestos de flores e fruta e os bustos de heróis clássicos coroados de louros. A meio dos lados maiores do tecto, cartelas assimétricas enquadram as iniciais entrelaçadas “F” e “L”, uma alusão ao nome do proprietário. (Fig. 3) (Fig. 4) Na sala contígua, do lado poente, o tecto, decorado com estuques de médio relevo, é centrado por uma pintura em deficiente estado de conservação, com a figura feminina da Aurora, inspirada na “Iconologia” de Ripa. Nos quatro cantos do tecto, dentro de cartelas, outras representações alegóricas, baseadas na obra do mesmo autor, representam o Entardecer, a Vigilância, o Sono e a Esperança³⁹. (Fig. 5)

Fig. 3 – Tecto do salão nobre do palácio de Fernando de Larre. Fotografia de Tiago Antunes

Fot. 4 – Pormenor do tecto do salão nobre do palácio de Fernando de Larre. Fotografia de Tiago Antunes

Fig. 5 – Pormenor do tecto da sala da Aurora, Palácio de Fernando de Larre. Fotografia de Tiago Antunes



A pequena sala que se segue, a poente, de baixo pé-direito e tecto de um único plano decorado com estuques de baixo-relevo, mantém ainda o ambiente intimista da sua provável função inicial de quarto de toucador ou de “pentear”, a que aludem os meninos figurados no tecto segurando um gômil, um espelho, jóias e flores. Nos cantos, cenas com divindades do panteão clássico. (Fig. 6)

Nestas três salas encontramos silhares de azulejos com figurações mitológicas, bem estudadas por Ana Paula Rebelo Correia (Correia 2014), com molduras de enquadramento em que se repetem os mesmos elementos Regência dos tectos.

Os estuques dos tectos das três salas do lado nascente são muito mais sóbrios, com o pano central compartimentado por uma moldura recortada e apontamentos de flores e mascarões. No tecto da última sala estão figurados meninos segurando instrumentos de escrita, uma alusão à sua função primitiva de gabinete ou escritório. Nos quatro cantos destacam-se quatro grandes cartelas compostas pelos ornatos orgânicos e assimétricos que caracterizam o “barocchetto”. (Fig. 7)

Voltamos a encontrá-los no tecto da casa da escada, associados a quatro bustos de heróis da Antiguidade coroados de louros.

A norte do átrio do piso nobre fica o oratório do palácio, um excelente exemplo de “obra de arte total”, em que o estuque se combina na perfeição com um conjunto de nove telas aplicadas nas paredes (referidas no inventário por morte da viúva de Larre) e ainda com um silhar de azulejos cujas molduras repetem os elementos Regência, indiciando uma mesma época de realização. Os estuques cobrem o tecto, de perfil sanqueado, e as paredes, em que se destacam os bustos em alto-relevo dos doze apóstolos. As telas representam cenas da vida de Cristo e estão atribuídas a João Pedro Binhete e a seu filho José Carlos. Sobre o altar, uma outra tela, também atribuída a José Carlos Binhete, representa S. Jerónimo, possivelmente o orago da capela⁴⁰.

⁴⁰ As atribuições constam das legendas que figuram no oratório, junto das reproduções das telas. As pinturas originais foram restauradas e encontram-se no Museu da Cidade. Giovanni Pietro Bignetti (ou João Pedro Binhete, como ficou conhecido em Portugal), natural do Ducado de Milão, é um dos muitos pintores italianos que tentaram uma carreira artística em Portugal durante o reinado de D. João V. Em 1741 e 1742 vivia “junto aos Paulistas”, como foi testemunhado pelo pároco da igreja do Loreto, nos róis de confessados desses anos (ANSL, *Livro da Desobrigação do Perceito Annual da Quaresma da Nação Italiana, 1739/1744*, fls. 40 e 50). Em 1752 e 1755 está documentada a sua presença em Coimbra, nos livros de despesa da Universidade, para a qual pintou de novo alguns dos retratos dos reitores da Sala do Exame Privado, retocando outros (Dias 1986, 5-7). O seu filho, José Carlos Binhete, já nascido em Portugal, foi aluno e colaborador do arquitecto e cenógrafo bolonhês Giacomo Azzolini (Machado 1823, 239) e é recordado sobretudo por ter traduzido para português Vignola e Ferdinando Bibiena.

Fig. 6 – Pormenor do tecto da sala do toucador do palácio de Fernando de Larre. Fotografia de Tiago Antunes

Fig. 7 – Pormenor do tecto do gabinete do palácio de Fernando de Larre. Fotografia de Tiago Antunes



Fig. 8 – Tecto da escadaria conventual do convento do Grilo, em Lisboa. Fotografia de Isabel Mendonça



Os estuques do convento do Grilo em Lisboa

Fig. 9 – Tecto da escadaria conventual do convento do Grilo, em Lisboa. Fotografia de Isabel Mendonça



Não encontrámos qualquer referência documental à data de realização dos estuques do palácio da calçada do Combro. Existem, contudo, fortes semelhanças com um outro tecto, datado de 1746: o da casa da escada do convento dos Agostinhos ou do Grilo, na zona do Beato, em Lisboa, actualmente sede de um dos recolhimentos da capital. A data inscreve-se no painel central do tecto em masseira, num livro aberto que dois meninos seguram, e repete-se numa das cartelas dos panos laterais, numa inscrição aparentemente aí colocada mais tarde, onde se pode ler: “Feito em 1746”. A mesma grafia foi utilizada numa outra inscrição do lado oposto, assinalando a data do restauro: “Retocado em 1870”. (Fig. 8)

No tecto do Grilo encontramos a mesma original combinação de elementos decorativos da Regência francesa com ornatos característicos do “barocchetto”. As suas fitas enlaçadas que servem de caule a flores em forma de palmeta estão também presentes no salão nobre do palácio de Larre, tal como as figuras gesticulantes apoiadas em plintos preenchidos com gradinhas, que são uma presença marcante no salão nobre e nas duas salas do lado poente do mesmo palácio. As cartelas assimétricas, associadas a gordos concheados que encontramos nos cantos do tecto do Grilo, logo abaixo da cimalha, repetem-se de forma idêntica nos cantos de vários tectos do palácio de Larre. Finalmente, um outro elemento pode ser visto nos dois edifícios, identificando uma mesma equipa de estucadores: os fundos crespos alternando com fundos lisos. (Fig. 9)

Estucadores suíços no palácio de Larre?

Quanto aos estucadores que trabalharam no palácio de Larre, mais uma vez escasseiam as informações documentais. Como atrás referimos, é muito provável que Grossi fosse um deles. Na década de 1740 encontrámos ainda em Lisboa, nos registos da igreja do Loreto, dois outros estucadores igualmente naturais da região dos lagos que aqui poderão ter trabalhado: Carlo Sebastiano Staffieri e Giovanni Francesco Righetti.

O primeiro era primo de Grossi e, como ele, natural de Bioggio, onde nasceu em 1694. É conhecida a sua actividade na Dinamarca, onde esteve em 1731 e em 1738 ao serviço da corte. Integrou uma equipa de conhecidos estucadores da mesma região, liderada por Giovanni Andreolli, de Vico Morcote, e da qual faziam parte Carlo Fossati, de Meride, e Carlo Maria Pozzi, de Lugano. Infelizmente, desapareceram os estuques realizados pelos suíços nos palácios de Hirschholm, na Dinamarca, e de Drage, no Holstein (actualmente em território alemão), que poderiam fornecer elementos de comparação com os estuques do palácio de Larre. Julga-se que Staffieri esteve em Itália entre 1736 e 1738. Em 1740 tinha já regressado a Bioggio, mas a partir daí as fontes locais perderam-lhe o rasto (Grandjean 1962, 153-164; Staffieri 1971, 155-165).

Terá vindo com Grossi? Em 1743 aparecem os dois no rol dos confessados do Loreto⁴¹. Dois anos mais tarde, a 19 de Abril de 1745, Staffieri foi surpreendido pela morte, em Lisboa, tendo sido sepultado na igreja do Loreto⁴².

Giovanni Francesco Righetti, que em Portugal ficou conhecido como João Francisco Riquete, nasceu em Aranno, uma povoação nas imediações de Bioggio. Aparece nos registos do Loreto entre 1744 e 1784, ano da sua morte, sendo também sepultado no Loreto⁴³. Ao contrário de Staffieri, Righetti teve uma actividade continuada como estucador na capital portuguesa e parece ter tencionado transferir-se para o Brasil, o que aparentemente não chegou a acontecer⁴⁴. Encontrámo-lo em 1783, portanto pouco antes de falecer, integrado na equipa de mais de vinte estucadores, portugueses e italianos, que entre Julho e Novembro trabalharam na obra de estuque da Casa da Música do palácio da Ajuda⁴⁵.

Na mesma altura trabalhava em Lisboa Domenico Maria Plura, natural de Lugano, onde nasceu na freguesia de S. Lourenço⁴⁶, e que ficou mais conhecido entre nós como escultor⁴⁷. Trata-se muito provavelmente do mesmo “Plura” que Cirilo refere nas suas “Memórias” a trabalhar nos estuques do palácio de Larre em S. Sebastião da Pedreira. Vários indícios documentais remetem para essa ligação com as obras do Provedor dos Armazéns. A 16 de Junho de 1744, data do seu casamento em segundas núpcias com Teresa Maria, Plura morava na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, em casa do tenente-coronel José António de Macedo e Vasconcelos, escrivão dos Armazéns Reais, que testemunhou o acto⁴⁸. Por volta de 1746 Plura e Grossi trabalharam juntos na obra do tecto da igreja dos Mártires, que viria a ruir com o terramoto de 1755⁴⁹.

⁴¹ ANSL, *Livro da Dezobrigação do Perceito Annual da Quaresma da Nação Italiana* (1739/1744), fls. 70 v e 78v.

⁴² ANSL, *Livro Primeiro de Óbitos* (1669/1776).

⁴³ ANSL, *Livro da Dezobrigação do Perceito Annual da Quaresma da Nação Italiana* (1739/1744; 1745/1751; 1752/1769; 1770/1788), e *Livro Primeiro de Óbitos* (1669/1776).

⁴⁴ Nos arquivos notariais de Bellinzona, na Suíça, encontrámos referência a uma procuração que Giovanni Francesco passou em 1751 ao irmão Carlo Maria, junto do notário apostólico em Lisboa, Giovanni Carlo Romagnoli, dando-lhe poderes para o representar no processo de partilhas por morte de um outro irmão. No processo surge uma referência à suposta ausência de Righetti em terras da América: “*ac nunc temporis commorantis America*”, não confirmada nos registos do Loreto. ASCT, *Archivio Notarile, Rusca della Cassina d’Agno* (Angelo Maria di Carlo Antonio), scatola 1372.

⁴⁵ DGLAB/TT, *Casa Real*, Cx. 3129.

⁴⁶ A naturalidade de Plura é referida no registo de baptismo do seu filho José António. Cf. DGLAB/TT, *Registos Paraquiais de Lisboa*, Freguesia de S. Sebastião da Pedreira. Livro Terceiro de Baptizados, fl. 166.

⁴⁷ Por volta de 1733 realizou as esculturas de oito Virtudes e de quatro anjos para a sacristia nova do Colégio de Santo Antão, pelo montante de 6.246\$000 (Martins 1994, vol. II, pp. 114, 115).

⁴⁸ DGLAB/TT, *Registos Paraquiais de Lisboa*, Freguesia de S. Sebastião da Pedreira. Livro Segundo de Casamentos (1702/1748).

⁴⁹ Embora Cirilo Volkmar Machado refira que os estuques do tecto da igreja dos Mártires foram feitos em 1748 ou 1749 (Machado 1823, 269), a data verdadeira parece ter sido outra. Frei Apolinário da Conceição, que foi testemunha ocular da feitura do tecto, ao referir encomiasticamente a participação de Grossi, atribui-lhe “31 annos não complexos de idade” à data da conclusão da

obra (Conceição 1750, 392). Como Grossi nasceu a 7 de Outubro de 1715, a obra do tecto dos Mártires terá sido terminada antes de Outubro de 1746. Cf. Mendonça 2014b, 196, 197.

⁵⁰ APL, *Rol dos Confessados da Freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai*, Códice 2502, fl. 49. Infelizmente, desapareceram os livros de confessados da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, onde, muito provavelmente, terão sido registados os membros da família de Fernando de Larre.

⁵¹ DGLAB/TT, *Registos Paroquiais de Lisboa*, Freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai, Livro B-11, fl. 273v.

As semelhanças dos estuques do palácio da calçada do Combro com os estuques da escadaria do Grilo, datados de 1746, indiciam uma mesma equipa de estucadores e uma data não muito distante de realização.

A conjugação das informações transmitidas por Cirilo Volkmar Machado com as referências documentais que temos vindo a recolher sobre os estucadores suíços que trabalharam em Lisboa desde o reinado de D. João V (Mendonça 2014b, 185-220) permite-nos avançar a hipótese de terem sido eles os autores dos estuques do palácio de Fernando de Larre e da escadaria do convento do Grilo. A actualizada linguagem decorativa presente nestes estuques, reunindo elementos da Regência francesa e do “barocchetto” de matriz italiana, reforça esta hipótese de trabalho. Quanto à data de realização dos estuques do palácio da calçada do Combro, uma outra referência documental parece apontar para o período que mediou entre o final da Quaresma de 1744 e o início da Quaresma de 1746, portanto uma data próxima dos estuques do Grilo. Com efeito, em 1745, Fernando de Larre e a sua família não figuram no rol dos confessados de Santa Catarina, sendo apenas referidos no palácio alguns criados, uma provável indicação de que o palácio estaria em obras⁵⁰. A 18 de Julho de 1746, a cerimónia do baptizado de Pedro, filho de Fernando de Larre, foi já celebrada no oratório do seu palácio, na calçada do Combro⁵¹, tendo como enquadramento os novos “*tetos de estuque no ultimo primor da arte*” que seriam tão encomiasticamente referidos pelos avaliadores do Senado alguns anos mais tarde. ●

Bibliografia

ARAÚJO, Norberto de, 1992. *Peregrinações em Lisboa*, vol. V, 2.ª ed. facsimilada (1.ª ed., 1938). Lisboa: Ed. Vega, p. 38.

ARSLAN, Edoardo, 1962, Preâmbulo à obra *Artisti dei Laghi Lombardi. Gli stuccatori dal Barocco al Rococo*, dir. de Edoardo Arslan. Como: Tipografia Artistica Antonio Noseda, pp. IX-XVI.

CALADO, Maria e Matias, Vítor, 1992, *Lisboa. Freguesia de Santa Catarina (Bairro Alto)*, Lisboa.

CONCEIÇÃO, frei Apolinário da, 1750, *Demonstração Historica da primeira, e real Parochia de Lisboa de que é singular Patrona, e Titular N. S. dos Martyres*. Lisboa: Oficina de Inácio Rodrigues.

CORREIA, Ana Paula Rebelo, 2014, “Azulejos de uma casa nobre: temas e modelos”. *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores* (coord. de Marize Malta e Isabel Mendonça). Lisboa: Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lisboa: Universidade Nova e Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, pp. 155-174.

CORTEZ, Maria do Carmo, 1994, “Vilalava (Palácio de)”. In *Dicionário da História de Lisboa*, 961, 962.

DIAS, Pedro, 1986, “Pinturas de João Pedro Binchetti na Universidade de Coimbra”. Separata do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VIII. Coimbra: Universidade de Coimbra.

GAVAZZA, E., 1962 “Apporti lombardi alla decorazione a stucco tra ‘600 e ‘700 a Genova”. In *Artisti dei Laghi Lombardi. Gli stuccatori dal Barocco al Rococo*, dir. de Edoardo Arslan. Como: Tipografia Artistica Antonio Nosedà, pp. 49-70.

GRANDJEAN, Bredo, 1962, “L’activité des stuccateurs italiens et tessinois en Danemark (1670-1779)”. In *Artisti dei Laghi Lombardi. Gli stuccatori dal Barocco al Rococo*, dir. de Edoardo Arslan. Como: Tipografia Artistica Antonio Nosedà, pp. 153-164.

LEAL, Joana Cunha, 2006, “As portas de Lisboa: O Palacete de J.M. Eugénio de Almeida em S. Sebastião”. In *Revista de História da Arte*, n.º 2. Lisboa: Colibri, pp. 106-125.

MACHADO, Cirilo Volkmar, 1823, *Collecção de Memórias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architectos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal, recolhidas e ordenadas por Cyrillo Volkmar Machado, Pintor ao serviço de S. Magestade o Senhor D. João VI*. Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse, 1974, “Information artistique et « mass-media » au XVIIIe. Siècle: la diffusion de l’ornement gravé rococo au Portugal”. Separata da revista *Bracara Augusta*, vol. XXVII, fasc. 64(76). Braga: Câmara Municipal de Braga.

MARIACHER, G., 1962, “Stuccatori ticinesi a Venezia tra la fine del ‘600 e la metà del ‘700”. In *Artisti dei Laghi Lombardi. Gli stuccatori dal Barocco al Rococo*, dir. de Edoardo Arslan. Como: Tipografia Artistica Antonio Nosedà, pp. 79-91.

MARTINS, Fausto Sanches, 1994, *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuíticos de Portugal. 1542-1759. Cronologia, artistas, espaço*. Porto: Faculdade de Letras, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, 2 vols.

MATOS, José Sarmiento de, 2006, “Uma escolha acertada”. In *Sede e Museu Gulbenkian. Ensaio* (coord. de Ana Tostões). Catálogo da exposição “Sede e Museu Gulbenkian. A Arquitectura dos Anos 60”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 44-57.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, 2005, “Estuques. Do Palácio de Belém”. *Azulejos, Estuques e Tectos do Palácio de Belém* (coord. de Diogo Gaspar). Lisboa: Museu da Presidência da República, pp. 46-69.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, 2012, “O que Cirilo não sabia sobre Giovanni Grossi e os outros estucadores suíços em Lisboa”. Comunicação no *IV Colóquio Internacional da Associação Portuguesa dos Historiadores de Arte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, APHA, no prelo.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, 2014a, “Estuques decorativos em palácios da região de Lisboa: encomendadores, artistas e fontes de inspiração”. *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores* (coord. de Marize Malta e Isabel Mendonça). Lisboa: Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lisboa: Universidade Nova e Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, pp. 175-211.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, 2014b, “Estucadores do Ticino na Lisboa joanina”. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 2.^a série, n.º 1, Janeiro / Junho de 2014, pp. 185-220.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, 2014c, “Estuques de Paris e *parquets* de Bruxelas num palácio oitocentista de Lisboa”. *Casas Senhoriais em Lisboa e no Rio de Janeiro. Anatomia dos Interiores* (coord. de Isabel Mendonça e Hélder Carita). Lisboa: Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa, no prelo.

RODRIGUES, Maria João Madeira, 1975, “Palácio Cabral”. In *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*. Lisboa – Tomo II, coord. de Fernando de Almeida. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa, p. 67.

RODRIGUES, Maria João Madeira, 1994, “Cabral (Palácio)”. In *Dicionário da História de Lisboa*, dir. de Francisco Santana e Eduardo Sucena. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, p. 191.

SANTOS, Nuno Valdez dos, 1994, “Museu militar”. In *Dicionário da História de Lisboa*, dir. de Francisco Santana e Eduardo Sucena. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, p. 614.

SEIXAS, Miguel Metelo de, 2014, “Perspectivas e interesse do estudo da heráldica no interior das casas senhoriais – o caso do palácio Metelo Cabral”. *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores* (coord. de Marize Malta e Isabel Mendonça). Lisboa: Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lisboa: Universidade Nova e Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, pp. 213-232.

STAFFIERI, Giovanni Maria, 1971, “Notizie sullo stuccatore Carlo Sebastiano Staffieri da Bioggio (1694-1746)”. In *Bolletino Storico della Svizzera Italiana*, vol. 83, fasc. 4. Bellinzona: Arti Grafiche A. Salvione & Co., S.A., pp. 155-165.